

Rumos

DEZEMBRO

2021

Economia &
Desenvolvimento

RECONSTRUÇÃO

Quais os novos pilares para a transformação do mundo após a pandemia da Covid-19, a principal crise enfrentada pela humanidade em um século? Especialistas debatem a construção de um futuro mais próspero, a partir da ciência, da economia, da diversidade e da sustentabilidade.

REPORTAGEM

ABDE constrói Plano de Desenvolvimento Sustentável, que será apresentado em 2022.

ENTREVISTA

O presidente do Bandes, Munir Abud, fala sobre as ações para apoiar a retomada da economia.

ARTIGO

Louize Oliveira, do Instituto Sicoob, explica as mudanças trazidas pela Lei do Superendividamento.



**Fórum do
Desenvolvimento**
ABDE | 2022

CONEXÃO 2030: ESTRATÉGIAS PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



**Inscreeva-se e faça parte dos
debates para a construção de um
futuro sustentável e inclusivo!**



15 e 16 de março



Transmissão on-line



**Confira a programação em:
forumdodesenvolvimento.com.br**

Realização:



Apoio:



Patrocínio:



AO LEITOR

Quando o nosso cotidiano mudou de forma radical, por conta da realidade que se impôs a todo o globo em função da pandemia da Covid-19, um termo ganhou rapidamente os holofotes: o “novo normal”. Quais seriam os novos hábitos, agendas e realidades após a crise? Esta edição da *Rumos* reflete justamente sobre o pós-crise, que ainda se encontra em um horizonte incerto, embaçado pelo surgimento de uma nova variante, que fez o mundo inteiro voltar ao sinal de alerta.

Quais as novidades no debate econômico ou nas questões relacionadas à saúde coletiva? Qual a força da pauta da diversidade nesse novo contexto? E a sustentabilidade, o mundo se encontra no ponto irreversível para que ela seja considerada absoluta prioridade por países e instituições? Em nossa reportagem de capa, quatro especialistas brasileiros refletem sobre essas questões e apresentam suas perspectivas para essa nova realidade.

A *Rumos* também apresenta uma entrevista com o presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), Munir Abud de Oliveira, o mais jovem gestor entre as Instituições Financeiras de Desenvolvimento; e faz cobertura da série de debates públicos realizados pela ABDE no fim deste ano para a construção de um plano de desenvolvimento sustentável para o Brasil, que será apresentado às autoridades políticas no decisivo ano de 2022.

Boa leitura!

Thais Sena Schettino
Editora

NESTA EDIÇÃO

04 **REPORTAGEM**
Agendas do desenvolvimento

08 **ARTIGO**
Louize Pereira Oliveira
Superendividamento social

22 **SISTEMA NACIONAL DE FOMENTO**

24 **LIVROS**

DESTAQUES

Arquivo pessoal



10

ENTREVISTA | Munir Abud de Oliveira

Com o pé no acelerador



12

CAPA

Futuro em debate



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Agendas do desenvolvimento

Associação Brasileira de Desenvolvimento realiza ciclo de webinars com parceiros nacionais e internacionais para a construção do Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, que será apresentado a lideranças políticas em 2022, com propostas para um futuro mais inclusivo e diverso.

POR GIOVANA ALVES*

Diante do cenário mundial de extrema desigualdade, em 2016 a Organização das Nações Unidas criou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que propõem ao mundo ações a serem cumpridas até o ano de 2030. Dentre as metas propostas estão a erradicação da pobreza e da fome, a proteção do meio ambiente e do clima, o aumento da diversidade, a geração de empregos, e a garantia de que todas as pessoas tenham acesso à educação de qualidade, água potável, saneamento básico, saúde e bem-estar.

Os caminhos para atingir os Objetivos não são fáceis de serem percorridos. A Associação Brasileira de Desenvolvimento

(ABDE) irá apresentar, em 2022, o Plano ABDE 2030 de Desenvolvimento Sustentável, documento que será lançado oficialmente durante o Fórum do Desenvolvimento, que acontecerá em março, em Brasília, e terá ações e propostas concretas para contribuir com o país no cumprimento das metas dos ODS. O plano será entregue às principais lideranças políticas do país, incluindo presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de órgãos de controle, governadores e

*estagiária, sob a supervisão da Redação.

também aos presidenciais.

Para auxiliar na construção do plano, nos meses de outubro e novembro de 2021, a Associação realizou uma série de debates públicos, junto com organizações parceiras, como a World Resources Institute (WRI Brasil), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), o Pacto Global e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). No total, foram seis webinars com temáticas essenciais para o desenvolvimento sustentável, como a preservação da Amazônia, cidades sustentáveis, carbono zero, biodiversidade, inovação e tecnologia. Todos os debates foram construídos com a participação de especialistas, executivos e representantes de instituições que atuam em áreas e empresas relacionadas aos temas levantados.

“Essa série de debates foi muito importante para colher insumos essenciais para prepararmos o Plano ABDE 2030, influenciando o novo ciclo de formulação de políticas públicas para o Brasil rumo ao desenvolvimento sustentável alinhado com a Agenda 2030, o Acordo de Paris e a Agenda de ação de Adis Abeba de financiamento ao desenvolvimento”, destacou o presidente da ABDE, Sérgio Gusmão Suchodolski.

Para potencializar as ações do Sistema Nacional de Fomento (SNF) em relação aos ODS, a ABDE e a Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram um memorando de entendimento em novembro. O acordo prevê a colaboração em ações e projetos comuns, visando acelerar o financiamento para o desenvolvimento sustentável no Brasil, e prevê a colaboração na construção de propostas concretas de políticas públicas, com ênfase no financiamento, e a identificação de oportunidades e necessidades de investimentos para o atendimento dos ODS no país.

Todos os webinars podem ser assistidos na íntegra no canal da ABDE no Youtube. A cobertura completa de cada evento está disponível no site da Associação e contribuições de cada participante estão nas redes sociais da ABDE. Nas próximas páginas, a *Rumos* apresenta um resumo de cada um dos debates. Os trechos estão divididos por tema, na ordem em que as *lives* aconteceram.

AMAZÔNIA

O primeiro webinar da série teve como tema “Amazônia: geração de valor na floresta em pé”, em que foi discutida a importância das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) para a estruturação de projetos sustentáveis, a fim de atrair recursos de organismos multilaterais internacionais para financiar a transição da economia da Amazônia para um modelo mais sustentável e inclusivo.

No total, foram seis webinars com temáticas essenciais para o desenvolvimento sustentável, como a preservação da Amazônia, cidades sustentáveis, carbono zero, biodiversidade, inovação e tecnologia. Todos os debates contaram com especialistas, executivos e representantes de instituições que atuam na área.

Realizado em parceria com o WRI Brasil, o debate contou com a participação de especialistas e executivos de instituições que atuam no desenvolvimento da região amazônica.

“O papel do setor público é fundamental para criar essa ponte para o futuro. Para isso tem que ter capacidade significativa de ampliar os projetos. Isso é feito nos EUA, na Alemanha, pelo KfW, pelo China Development Bank, pelo Banco Mundial, entre outros. O BNDES vem desenvolvendo a sua fábrica de projetos, o BDMG também. Temos que ampliar no Brasil a estruturação dos projetos de acordo com os critérios e objetivos das instituições multilaterais e privadas para atrair esses recursos”, afirmou o economista Rogério Studart, ex-diretor executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, e membro sênior do WRI.

Para o diretor do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), Mariano Cenamo, as instituições financeiras de desenvolvimento têm o papel de adotar políticas a longo prazo que ajudem a preservar a Amazônia por meio de projetos sustentáveis. Segundo ele, investir na economia verde na região pode colocar o Brasil na vanguarda ambiental. “Qual a melhor estratégia para atrair investimento para o Brasil? É a Amazônia. Nossa indústria é importante, mas temos dificuldade para competir com a China ou outros países. Agora, produzir alimentos, gerar emprego e renda preservando a floresta, nenhum país no mundo se compara ao Brasil”, afirmou. »

CIDADES SUSTENTÁVEIS

No webinar seguinte, o tema abordado foi “Cidades Sustentáveis: desafios para a ampliação do acesso à infraestrutura social e urbana”, que levantou a discussão sobre os gargalos e as principais alternativas para ampliar a infraestrutura sustentável dos municípios brasileiros, em áreas como mobilidade urbana, transporte e saneamento. O debate foi realizado em parceria com o PNUD Brasil.

A diretora adjunta para Desenvolvimento Internacional de Mercados da Climate Bonds Initiative (CBI), Thatyanne Gasparotto, citou dados do relatório sobre o potencial de financiamento em infraestrutura dos municípios brasileiros, realizado em parceria com o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O levantamento aponta o setor de transporte e mobilidade urbana como o mais promissor para os próximos anos. “São setores que se alinham aos ODS e aos objetivos climáticos, e são de grande importância, principalmente, para os mercados em desenvolvimento”, comentou Gasparotto.

Renata Moraes, diretora-presidente do Instituto Iguá, apresentou dados que demonstram a importância de investimentos em saneamento básico para transformar as cidades: 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e 47% não contam com coleta e tratamento de esgoto. São necessários investimentos de aproximadamente R\$ 508 bilhões para universalizar o saneamento no Brasil até 2033. “Na Iguá, temos uma visão muito clara da correlação saneamento, desenvolvimento socioeconômico e desigualdade social. O saneamento não significa simplesmente fornecer água, coletar e tratar esgoto. Mas estar levando, de fato, saúde e progresso”, explicou.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Promovido em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentro da programação da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), o webinar “O papel das Instituições

Financeiras de Desenvolvimento na mobilização de recursos para meta de Carbono Zero” foi o terceiro do ciclo de debates. Participaram professores, especialistas e executivos de bancos de desenvolvimento do Brasil e do mundo.

“As Instituições Financeiras de Desenvolvimento têm o mandato de fomentar o desenvolvimento econômico e social nos seus países, e possuem uma ampla variedade de instrumentos para fazê-lo. Agora, temos uma missão para impulsionar nossa ambição de construirmos um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Para isso, estamos comprometidos com a agenda climática e com as responsabilidades relacionadas às mudanças do nosso tempo, do século 21”, destacou o presidente da ABDE e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Sergio Gusmão Suchodolski.

O diretor de Crédito Produtivo e Socioambiental do BNDES, Bruno Aranha, apresentou as ações que o banco tem realizado nessa área: desde 2015, a instituição desembolsou mais de 18 bilhões de dólares na economia verde, em projetos que evitam a emissão de carbono. “Essa é uma das ações que os bancos de desenvolvimento podem fazer, mas nosso papel vai muito além do financiamento. Acredito que precisamos pensar em três pilares para contribuirmos nesta transição para uma economia neutra: ampliação de *funding*, alocação eficiente de recursos e novos produtos”, afirmou Aranha.

BIODIVERSIDADE

Diante as mudanças climáticas que impactam todo o planeta, é fundamental desenvolver novos instrumentos para o financiamento à biodiversidade brasileira. Este foi o tema discutido no quarto webinar da série, realizado em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

Com um dos ecossistemas mais diversos do planeta, o Brasil está no centro da discussão mundial sobre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, afirmou a ex-ministra do Meio Ambiente e conselheira do Cebri, Iza-

Os debates podem ser assistidos na íntegra no canal da ABDE no Youtube: www.youtube.com/ABDEOficial



bella Teixeira. “Essa década é chamada por muitos de década da transformação, e a discussão global coloca o Brasil numa centralidade absoluta. Nós temos que entender como reorganizamos nossa relação com a natureza. Isso é muito importante e tem a ver com acessar instrumentos de financiamento”, afirmou.

Em relação a esse contexto, o professor do Departamento de Ecologia da UnB e ex-secretário executivo da convenção sobre biodiversidade da ONU, Bráulio Dias, afirmou ser necessário mudar as políticas de incentivos econômicos, subsídios e isenções fiscais que não estejam alinhadas à sustentabilidade. “Temos que ampliar o imposto territorial rural, que é muito baixo, ampliar e monitorar a aplicação do ICMS ecológico nos estados e criar uma lei de incentivo ao meio ambiente, como ocorre em outros países, como EUA, Argentina e Peru. O sistema financeiro deve ampliar as exigências ASG [Ambiental, Social e Governança] nos empréstimos e investimentos”, opinou.

INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

O quinto webinar, promovido em parceria com o Pacto Global, a CEPAL e a CNI, teve como tema “Desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade”. Contribuíram ao debate diversos executivos que lidam cotidianamente com tecnologia e inovação. As Instituições Financeiras de Desenvolvimento contam com uma carteira de crédito de R\$ 24 bilhões para financiamento à inovação.

O diretor de Administração da Finep e diretor da ABDE, André Luz de Godoy, que mediu o webinar, ressaltou a importância do encontro e a atualidade do debate sobre desenvolvimento sustentável. “É um debate oportuno porque vivemos a pressão e a urgência por medidas efetivas na área do desenvolvimento sustentável, ao mesmo que possuímos um enorme desafio por conta da realidade imposta pela pandemia”, avaliou.

“Essa demanda representa um desafio grande para as empresas brasileiras, que vão precisar sim de soluções financeiras

inovadoras, como foi a criação da Embrapii, que permitiu a criação de uma rede muito qualificada de instituições de ciência e tecnologia, que passaram a ter melhores soluções com foco muito grande na sustentabilidade”, destacou Pedro Wongschowski, o empresário-líder da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) da CNI, que acredita que estimular o financiamento à inovação, tanto público, quanto privado, é fundamental para impulsionar o desenvolvimento sustentável no país.

INOVAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS

No último webinar do ciclo, “Inovação e novos negócios para impacto positivo”, também realizado em parceria com o Pacto Global, a CEPAL e a CNI, especialistas debateram como a tecnologia, a ciência e a inovação auxiliarão a nova geração de jovens no desenvolvimento sustentável do mundo.

“A nova geração, por ter nascido com o advento da internet e por ser mais conectada, tem características mais ativas por buscarem informações e entenderem melhor como o mundo está funcionando. As empresas devem investir em pessoas diversas, com opiniões diversas, e isso irá quebrar barreiras no futuro e ajudar a alavancar a inovação que a gente precisa”, ressaltou Helena Tavares, diretora de novos negócios, parceria e empregabilidade da Generation Brazil.

Segundo Bernardo Gradin, fundador e presidente da GranBio, o país está atrasado do ponto de vista regulatório, e na sua opinião, as leis deveriam ter uma cooperação mais ágil entre institutos de pesquisa, universidades e empresas, além de que a ciência e pesquisa do Brasil devem ser mais valorizadas. “Nós temos vivido um hiato no incentivo e no modelo mental brasileiro de valorizar a ciência e valorizar a conexão entre ciência e tecnologia. Temos conhecimento intrínseco de ciência de ponta aqui no Brasil, mas não conseguimos fazer a ponte de ciência para tecnologia na velocidade que poderia ter, comparado com outros ambientes mundo afora”, avaliou.



Superendividamento e exclusão social

A Lei do Superendividamento, que visa facilitar o processo de renegociação e regularização de dívidas e alterou o Código de Defesa do Consumidor, incluiu várias medidas para proteger os brasileiros do endividamento excessivo. O texto surgiu com o objetivo de se evitar a exclusão social pelo superendividamento.

Com a crise econômica ocasionada pela pandemia, o endividamento das famílias brasileiras chegou aos 59,90% em agosto de 2021, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC), maior percentual desde janeiro de 2005. Este cálculo considera o valor total do endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses. Diante disso, muitas famílias brasileiras apresentaram dificuldade em fechar as contas no final do mês, aumentando a inadimplência.

De acordo com a Lei, considera-se superendividada a pessoa natural, de boa-fé, com manifesta impossibilidade de pagar a totalidade de suas dívidas sem comprometer o seu mínimo existencial – gastos como alimentação, moradia, saúde e educação. Mas o que mudou, de fato?

PRINCIPAIS MUDANÇAS

- A oferta tentadora “Oportunidade única! É só hoje!” deve sumir. O texto prevê que, no fornecimento de crédito e na venda a prazo, o fornecedor ou intermediário deverá informar o prazo de validade da oferta, que deve ser, no mínimo, de dois dias. Ou seja, o consumidor deve ter tempo hábil para refletir sobre a sua decisão.

- As propagandas que diziam “Crédito fácil, sem consulta” também devem desaparecer. Fica vedado, na oferta de crédito ao consumidor, de forma publicitária ou não, indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor. Isso ocorrerá mediante análise das informações disponíveis em bancos de dados de proteção ao crédito.

- Se, até o momento, havia a necessidade de o consumidor renegociar a sua dívida com cada um dos seus credores em processos judiciais distintos, agora isso não é mais necessário. A legislação prevê a possibilidade de o juiz instaurar, a pedido do consumidor, processo de repactuação de dívidas com a presença de todos os credores. Ainda, o cliente poderá apresentar pro-

posta de plano de pagamento com prazo máximo de cinco anos. A ausência injustificada do credor durante o processo poderá acarretar a suspensão da exigibilidade do débito e interrupção dos encargos de mora, assim como a sujeição obrigatória ao plano de pagamento da dívida proposto pelo consumidor.

- O pedido do consumidor superendividado para instauração de processo de repactuação de dívidas não importará em declaração de insolvência civil e poderá ser repetido somente após decorrido o prazo de dois anos, contado da liquidação das obrigações previstas no plano de pagamento homologado. É importante que o plano de pagamento apresentado reflita a sua real capacidade de pagamento das dívidas dentro das condições e prazos propostos.

Vale ressaltar que não existe um único caminho para repactuação de dívidas. Cada pessoa deve avaliar a sua realidade e condições de pagamento. Para ajudar nesse processo, o Instituto Sicoob conta com o Se Liga Finanças Online, um curso que trata de temas como padrões de consumo, orçamento pessoal, endividamento e investimento, de uma forma leve e prática. O programa é totalmente gratuito: online.seligafinancas.com.br.

Divulgação



LOUIZE PEREIRA OLIVEIRA

É analista de Educação Financeira do Instituto Sicoob.

Prêmio ABDE-BID

Edição 2021

Confira os vencedores e faça download do livro
com os trabalhos selecionados em:

www.abde.org.br



Marcus Desilmoni

Com o pé no acelerador

Em entrevista à *Rumos*, o diretor-presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), Munir Abud de Oliveira, detalha as ações que a instituição tem desenvolvido para apoiar a retomada da economia capixaba e comenta sobre o papel das instituições de fomento para o desenvolvimento brasileiro.

RUMOS - O senhor assumiu a gestão do Bandes em um período muito crítico da pandemia. Quais foram as ações adotadas e como o banco atuou para apoiar os setores mais atingidos pela crise?

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA - Recebi o convite para assumir o Bandes em um momento desafiador para o estado. A crise econômica e sanitária sem precedentes que atingiu o mundo com a pandemia do novo Coronavírus teve impactos que vão além da saúde das pessoas e chegou a todas as áreas da vida em sociedade. O cenário econômico foi um dos mais afetados diante das medidas de distanciamento para a proteção da população. Neste cenário adverso, o papel do governo do Espírito Santo, por meio do seu banco de desenvolvimento, foi essencial para assumir o protagonismo das políticas públicas de acesso para o empresariado ao crédito emergencial do Fundo de Proteção ao Emprego, com R\$ 250 milhões, o maior em disponibilidade de recursos para socorrer a economia dis-

poníveis no país entre os estados da federação. Mas esse não foi o único produto que criamos: a atuação do Bandes vai além do crédito emergencial. Como iniciativa de apoio no momento econômico de retomada gradual da economia, o banco expandiu os recursos de sua linha de crédito para capital de giro emergencial destinado a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) capixabas. A linha Bandes Retomada é fruto da capacidade recém-adquirida de captar recursos para ampliar a disponibilidade de crédito ao empresariado. Os recursos provêm da captação de US\$ 30 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para proporcionar a manutenção da capacidade produtiva às MPMEs por meio de crédito para capital de giro.

RUMOS - Mesmo em meio às incertezas que ainda existem, quais as expectativas do banco para o ano de 2022?

OLIVEIRA - A pandemia acelerou transformações que estavam em curso nas empresas há algum tempo, como a digitalização, o investimento em tecnologias e em logística, por exemplo. Para todas essas mudanças, o empresário precisa ter acesso aos recursos com condições adequadas, o dinheiro tem que chegar na ponta. E em 2022, vamos começar com o pé no acelerador, com cerca de R\$ 1 bilhão em recursos para operar no estado, porque a missão que recebemos do governador Renato Casagrande foi a de que o Espírito Santo tem as condições de ser um dos primeiros no ciclo de retomada econômica. Para isso, estamos atentos a algumas tendências que já vêm em crescimento nos últimos dois anos. Recentemente, o Bandes coordenou o processo seletivo para selecionar uma gestora profissional que vai estruturar o FIP Funeses 01, um fundo na modalidade *venture capital* multiestratégia, com aporte inicial de R\$ 250 milhões. Estamos falando de uma iniciativa inédita, que permite a atração de novas empresas para o Espírito Santo, o ganho de competitividade do parque industrial, o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e a diversificação e o fortalecimento da nossa economia, além da consolidação de cadeias produtivas de diferentes segmentos econômicos.

RUMOS - A inovação é uma pauta muito importante para o desenvolvimento do país e está em foco com a implementação do 5G. Como o Bandes tem apoiado os setores inovadores?

OLIVEIRA - Com uma carteira para apoio à Inovação beirando os R\$ 300 milhões, o Bandes é um dos grandes apoiadores desse ecossistema no Espírito Santo. O banco apoia a inovação com as linhas de crédito, com recursos próprios e por meio da Finep, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, que tem o banco de desenvolvimento como instituição credenciada exclusiva no estado. Inclusive, recentemente, nosso limite para as operações saltou de R\$ 18 para perto de R\$ 70 milhões. Outra vertente que trabalhamos como pioneiros no estado são os Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), destinado a *startups* e a empresas de alta tecnologia, com a promoção de processos seletivos que identificam empresas de alto potencial de inovação e promovem o aporte financeiro e o apoio na gestão, em troca de participação no capital social da empresa.

RUMOS - As instituições financeiras de desenvolvimento associadas à ABDE têm reforçado seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De que forma isso se desdobra de forma prática na ação cotidiana do Bandes?

OLIVEIRA - Em nosso planejamento estratégico, temos a missão de apoiar e promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, ou seja, o banco pode e tem contribuído de maneira efetiva para esta agenda global a partir de ações

e entregas no âmbito local. Assumimos o compromisso de tornar a economia do Espírito Santo mais competitiva e sustentável. Por isso, atuamos em segmentos que o mercado não atende diretamente, como a articulação de cadeias produtivas e com programas de fomento. Um de nossos programas mais exitosos é uma parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), onde o Bandes é o agente técnico do Programa Reflorestar, do governo do estado, que restaura o ciclo hidrológico por meio da conservação e da recuperação da cobertura florestal, com a geração de oportunidades e de renda para o produtor rural, estimulando a adoção de manejo sustentável dos solos.

Outra frente importante iniciada para o próximo ano é decorrente do convênio firmado com o BID, para captação de recursos, onde assumimos o compromisso de uma meta de gênero, ou seja, 20% das operações de crédito devem ser contratadas com empresas lideradas por mulheres. Os números mostram que as mulheres foram as mais afetadas pelo aumento do desemprego durante a pandemia, e as MPMEs são um setor estratégico na criação de vagas e de capacidade produtiva.

A atuação em saneamento e geração de energia limpa são outras vertentes importantes presentes em nossas ações. O apoio à gestão pública municipal por meio de financiamento e assessoria para o desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPPs) é uma forma de transversalizarmos os ODS. Além, é claro, do conceito de Cidades Inteligentes, o qual trabalhamos por meio de outro programa recém-lançado, o ES Inteligente, com foco em infraestrutura de telecomunicações e soluções tecnológicas, usinas fotovoltaicas, entre outras possibilidades de melhoria da infraestrutura urbana que podem mudar a realidade no interior do Estado capixaba.

RUMOS - Qual o papel que as instituições financeiras de desenvolvimento podem desempenhar para apoiar a retomada da economia brasileira?

OLIVEIRA - Uma instituição de fomento, como é o caso do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, tem o relevante papel de atuar para o fomento de um ambiente de negócios que alie o crescimento socioeconômico à responsabilidade ambiental. Para tanto, cabe a este ente trazer ao empresariado uma variedade de soluções e alternativas para o desenvolvimento de negócios de diferentes segmentos e portes financeiros. Essas instituições atuam como mecanismos financeiros para a promoção de políticas públicas que colaborem para o desenvolvimento regionalmente equilibrado, o fomento das cadeias produtivas, com apresentação de alternativas de investimento que respeitem as potencialidades locais dando oportunidade de crescimento, com maior competitividade, geração de emprego e renda, beneficiando diretamente a população.



FUTURO EM DEBATE

Ciência, economia, diversidade e sustentabilidade: quatro agendas desde sempre relevantes, mas que se tornaram primordiais no debate sobre as saídas da crise atual. *A Rumos* ouviu especialistas e traz uma série de entrevistas especiais sobre as transformações do mundo pós-Covid. **POR Carmen Nery**

Há quase dois anos, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia da Covid-19, devido à disseminação geográfica da doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Desde então, o planeta convive com a incerteza e novas questões foram incorporadas em diversos campos da vida humana, do mercado de trabalho aos cuidados básicos de saúde, das aplicações tecnológicas aos debates sobre desigualdade.

Essa edição da *Rumos* traz entrevistas com importantes especialistas, de diferentes áreas de conhecimento, que debatem as mudanças que a crise deve ocasionar na sociedade. A descoberta da variante Ômicron embaçou as perspectivas sobre a saída da crise, que a certa altura parecia próxima. Mas, independente do dia, quando a pandemia chegar ao fim, quais as agendas mais urgentes que deverão ser enfrentadas? Como o “novo normal” irá conviver com as velhas questões, aprofundadas durante esse último período?

LIÇÕES DA CIÊNCIA

A pneumologista Margareth Dalcolmo acredita que a pandemia demonstrou a grande capacidade do ser humano de criar respostas importantes em uma situação de absoluta pressão. Ela acredita o vírus não vai desaparecer, permanecendo endêmico ainda por muito tempo, e critica o que chamou de “apartheid vacinal”, com distribuição muito desigual de vacina para os países e continentes. “Vivemos uma era AC/DC: antes da Covid e depois da Covid, porque ela é um fenômeno biológico muito demarcador de nossas vidas, em termos de hábitos coletivos, vigilância epidemiológica e genômica”, destaca.

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS

O economista Paulo Gala lembra que as transformações tecnológicas sempre impulsionaram a economia, em toda a história humana. Para o Brasil, o principal problema hoje é que o país está cada vez mais distante do

círculo de produção de tecnologia e de geração de valor, sendo apenas consumidor. Ele diz que a pandemia agravou as desigualdades e os gargalos de qualificação que o Brasil possui irão cobrar um preço caro. “Passados dois anos da pandemia, aprendemos a conviver numa situação pandêmica, e a transformação digital veio para ficar. Do ponto de vista econômico houve uma transformação permanente”, diz.

A HORA DA DIVERSIDADE

Luana Génot, fundadora do Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), diz que a pandemia demonstrou que as pessoas não estão todas “no mesmo barco”, como se dizia no início. Ela acredita que os temas de diversidade e inclusão deveriam ser tratados desde a infância e defende a ampliação das cotas raciais para o mercado de trabalho, para tentar superar o fosso de desigualdade do país. “Um dos grandes inimigos das pautas de Diversidade é acharmos que precisa ser orgânico, um movimento natural e não algo forçado, estruturado e implementado”, comenta.

PRIORIDADE AMBIENTAL

O Brasil ainda carece de uma estratégia ampla e coordenada para fomentar a sustentabilidade nos diferentes setores da economia. Quem alerta é a bióloga Mercedes Bustamante. Ela acredita que o país tem capacidade científica e técnica necessárias para realizar uma transição sustentável, mas precisa encontrar o estímulo e o ambiente apropriados para isso ocorrer. “Infelizmente, vimos retrocessos significativos em diferentes áreas. Em contraposição, observamos setores da sociedade civil e do setor empresarial que se mobilizaram e conduziram pautas e debates importantes para o Brasil”, avalia.

Leia as entrevistas a partir da página 14.





"Há que se respeitar o conhecimento científico"

A pneumologista Margareth Dalcolmo lançou no início de dezembro o seu primeiro livro, que reúne artigos sobre a Covid. Ao longo da pandemia, a também pesquisadora da Fiocruz se tornou referência da medicina e da ciência. O livro é um registro desses dois anos que mudaram o mundo. Nesta entrevista, ela faz um balanço dos erros e acertos no enfrentamento da pandemia e que lições foram aprendidas para lidar com desafios semelhantes no futuro.

RUMOS – Que lições podemos tirar da pandemia?

MARGARETH DALCOLMO – A primeira lição é que o entendimento do que seja uma epidemia, ainda que seja pandêmica, exige que ele seja muito harmônico entre a comunidade científica e a política. A primeira coisa que aprendemos é que não pode haver um paradoxo, uma dicotomia entre decisões e recomendações que confundam a população. A população tem de ser informada criteriosamente com informações boas ou más, mas verdadeira sobretudo. Eu acho que o Brasil padeceu muito do paradoxo entre a retórica oficial e o

que definia a comunidade acadêmica e científica brasileira, que foi extremamente atuante e pujante nesses quase dois anos.

A segunda lição é que há que se respeitar o conhecimento científico e entender que a população tem medo e angústia. É uma doença nova, um patógeno novo do qual não se sabia nada e fomos todos aprendendo juntos. Esse aprendizado foi contínuo, nós nunca pensamos em viver uma curva de aprendizado tão intensa quanto a que vivemos nesse período. Foram mais de 100 mil artigos científicos publicados na ciência médica, ciências humanas e de antropologia.

E o terceiro aprendizado foi a grande capacidade do ser huma-

no de criar respostas importantes, decisões sanitárias, descobertas científicas. E também decepções como foram esses medicamentos que não servem para nada, mas que foram utilizados cientificamente no Brasil para esse discurso de que pudessem ter alguma serventia. Eu sempre tenho separado o conhecimento na Covid-19 como descobertas, redescobertas e decepções.

Outro aprendizado é que o Brasil, com essa desigualdade tão marcada, mostrou que pode ser criada, a partir da experiência da Covid-19, uma nova cultura de um novo voluntariado como atuações vindas da iniciativa privada como nunca tinha ocorrido antes.

RUMOS – Em uma entrevista que nos concedeu no fim de 2020, a senhora havia dito que mesmo com todos os laboratórios produzindo, não haveria vacina para toda a população mundial. A crise no continente africano e a nova variante Ômicron provam isso e são a consequência dessa desigualdade?

DALCOLMO – Com certeza. O fenômeno de hoje é o que eu chamaria de “apartheid vacinal”. Era visível que isso poderia acontecer desde o início. O próprio Brasil, que foi palco de estudos de fase 3 de excelente qualidade, não comprou as vacinas no momento certo. Isso resultou que o ano de 2020 tenha terminado com dez países tendo comprado 75% da produção de vacina no mundo. O Mecanismo Covax (Acesso Global a Vacinas contra COVID-19, em que países têm a oportunidade de se beneficiar de um portfólio de vacinas) não foi capaz de dar a resposta à altura das necessidades. O fato hoje é que o mundo vive o “apartheid vacinal”: há países que têm três doses por habitante e outros que não têm nenhuma. Não se justifica que haja países europeus com doses perecendo porque tem um percentual grande da população antivacina e outros países que não têm nada.

RUMOS – Ao mesmo tempo, vimos um diálogo entre laboratórios pelo mundo para a produção compartilhada. O que essa comunicação sinaliza para a produção de medicamentos no futuro?

DALCOLMO – Não posso dizer o quanto alvissareiro isso é, mas é uma sinalização positiva. Hoje não se

pode pensar em nada sozinho, todo mundo tem de pensar em trabalho, produção e descobertas em rede. Trabalhar em rede, de colaboração internacional sobretudo, é muito importante. Nunca a colaboração Sul-Sul foi tão importante quanto agora. Esse é um momento em que os países e os fabricantes têm de ter um grau de colaboração internacional visando à cobertura dos menos privilegiados.

RUMOS – Para o enfrentamento da Covid, outros cuidados básicos com a população ficaram em segundo plano, mas, ao mesmo tempo, sabemos que teremos que conviver com o vírus. Como equacionar essas frentes, retomar os cuidados das outras doenças e ficar alerta para o pós-pandemia?

DALCOLMO – São várias questões. O aprendizado e esse luto exagerado que o Brasil está vivendo, não precisávamos ter perdido tanta gente se tivéssemos tomado medidas harmônicas. O fato é que tem de haver o entendimento de que medidas de proteção individual e coletiva são tão importantes e terão de ser mantidas por muito tempo. Não podemos dizer ainda com segurança se teremos outras ondas da Covid-19. Tivemos o aparecimento de uma nova cepa que nada indica que seja mais letal do que as anteriores. Mas ela não tem mais nada a ver com a cepa original de Wuhan, a cepa Ômicron é praticamente um novo vírus, totalmente diferente. Isso pode acontecer com os vírus, que são muito mutantes, isso não é surpreendente. De modo que temos de estar preparados para as novas epidemias que virão. Nós sabemos que elas virão. Não é uma questão de sim ou não; é uma questão de quando. O mundo teve um aprendizado de muitas cicatrizes e vivemos uma era AC/DC: antes da Covid e depois da Covid, porque a Covid-19 é um fenômeno biológico muito demarcador de nossas vidas, em termos de hábitos coletivos, vigilância epidemiológica e genômica. São coisas fundamentais a serem estabelecidas e asseguradas daqui para a frente.

RUMOS – O que a ciência prevê como desfecho para a pandemia? Até quando ela ainda deve durar?

DALCOLMO – O ano de 2022 ainda não vai ser um ano livre do SARs Cov 2. Não é um vírus que vai desaparecer de nossas vidas. Ele permanecerá endêmico entre nós. Mas, provavelmente, os testes diagnósticos de painel de vírus vão incorporá-lo. Clinicamente podemos dizer que os métodos diagnósticos vão ficar mais rápidos e baratos e acessíveis para todos. E, finalmente, teremos medicamentos antivirais que poderão ser tomados para tratamento desses 80% de casos que são leves e moderados e não precisam de hospitalização. »



Divulgação

"A história da economia é de saltos tecnológicos"

Economista pela FEA/USP, mestre e doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas-EESP/FGV, onde é professor desde 2002, Paulo Gala também coordenou o Mestrado Profissional em Economia e Finanças entre 2008 e 2010. Nesta entrevista, ele fala dos desafios que o Brasil ainda tem de enfrentar para tornar-se relevante nas cadeias produtivas globais.

RUMOS – Como os conceitos da economia tradicional que balizam o desenvolvimento econômico – industrialização, política monetária, balança de exportações – dialogam com esse momento de transição para uma nova economia, muito mais tecnológica e volátil? O que ainda deve ser perseguido?

PAULO GALA – Eu não sei exatamente o que estão chamando de nova economia tecnológica. Não vejo numa nova economia, porque a economia sempre foi

ancorada em transformações tecnológicas. Tenho dificuldade em enxergar a transformação digital e a indústria 4.0 como se fosse um salto tecnológico que nunca existiu. A história da economia é de saltos tecnológicos, esse é apenas mais um, claro que com todas as suas particularidades e inovações. Não há um antes e depois das inovações atuais, todas as ferramentas tradicionais de política industrial e todas as análises de transformações tecnológicas se aplicam do mesmo jeito.

Isso não quer dizer que o Brasil não deve se preparar. Quando se pensa na situação da economia brasileira, há muitos desafios a vencer, principalmente no que diz respeito à produção de tecnologia. O desafio do Brasil – e essa é uma confusão que vigora – não é de consumir tecnologia e sim de produzir. O enriquecimento de um país só ocorre de verdade quando ele é capaz de produzir tecnologia. É o que os especialistas chamam de Sistema Nacional de Inovação. O Brasil nunca foi capaz de ter seu próprio sistema de inovação para produzir tecnologia.

Nesse ambiente de transformação digital, a fronteira de produção de tecnologia está mudando de novo. Os países líderes que estão desenvolvendo a tecnologia de 5G, software, hardware, internet das coisas estão na Ásia e na Europa. O Brasil poderia estar produzindo tecnologia e não apenas utilizar.

RUMOS – Os problemas clássicos da educação brasileira ficaram mais agudos por conta da pandemia. No que o aprofundamento dessa situação compromete o Brasil na caminhada para o desenvolvimento sustentável?

GALA – Nesse caso, a desigualdade brasileira fala ainda mais alto. Apenas 25% das pessoas que trabalham puderam fazer *home office*. Isso já mostra quem é qualificado. Os trabalhos tradicionais de atendentes, garçons, lojista, que são a grande maioria dos empregos no Brasil, não podem ser exercidos por *home office*. No final das contas, a pandemia acabou agravando as desigualdades. Nessa nova economia digital, a qualificação é fundamental. Os gargalos de qualificação que o país tem vão cobrar um preço ainda mais caro.

RUMOS – No livro, *Brasil, uma economia que não aprende*, o senhor sinaliza que o país deixou de “aprender” desde 1980. O cenário atual mostra que o país realmente está fora da “competição” internacional?

GALA – O Brasil está cada vez mais distante do circuito de produção de tecnologia e de geração de valor. Hoje temos a Europa, os

EUA e os asiáticos do leste. O Brasil é um país quase irrelevante no cenário mundial em termos de produção de inovação e tecnologia. Ele está na parte pobre e não na parte nobre das cadeias produtivas globais, que são organizadas de maneira hierárquica e não horizontal. Os inovadores, os pontas de lança detêm o conhecimento, a marca, o *know-how* e a maior parte do lucro dessas cadeias. O Brasil é o fornecedor das matérias-primas, que são *commodities* e perdeu a capacidade de subir nessa escala tecnológica das cadeias.

RUMOS – Como o senhor avalia a questão do desemprego e da economia informal, como esses pontos comprometem a organização da economia brasileira?

GALA – A economia informal mostra que não temos um sistema empresarial robusto capaz de absorver a quantidade de trabalhadores disponíveis e pagar um salário elevado. Esse sistema empresarial teria de estar inserido na produção de tecnologia, inovação e com capacidade de gerar valor. Hoje temos uma economia da 25 de Março [tradicional rua de comércio popular de São Paulo], que só produz quinquilharias e bugigangas por empresas de baixa qualidade que pagam baixos salários. O sistema empresarial brasileiro ainda não se deu conta de que precisa se sofisticar e se integrar para gerar o volume de empregos que o país precisa.

A economia das plataformas dá muito dinheiro. Se fôssemos capazes de criar um Facebook, um Uber, estaríamos no Vale do Silício. As plataformas têm características de monopólio e monopsônio [quando há apenas um comprador para os diversos vendedores de determinado bem ou serviço], elas transformam o trabalho numa *commoditie*. O mesmo acontece com a Amazon, que tem um poder de negociação bruta e os lojistas americanos estão sofrendo muito.

RUMOS – Como o senhor enxerga o futuro da economia mundial diante de eventuais novas cepas do Coronavírus e restrições de circulação de pessoas?

GALA – O mundo aprendeu muito com o Covid. Passados dois anos da pandemia, aprendemos a conviver numa situação pandêmica, e a transformação digital veio para ficar. Do ponto de vista econômico, houve uma transformação permanente. »



Divulgação

"Cotas são mecanismos para a promoção da igualdade"

Fundadora e diretora-executiva do Instituto Identidades do Brasil (ID_BR), mestra em Relações Étnico-Raciais e autora do livro *Sim à Igualdade Racial*, Luana Génot defende a reprodução de mecanismos de ações afirmativas no mercado de trabalho e o envolvimento das empresas na agenda da Diversidade.

RUMOS – Quais os desafios que o Brasil ainda precisa enfrentar para fomentar a agenda da Diversidade?

LUANA GÉNOT – Eu gosto de particionar o tema Diversidade em diversos pilares. Quando tratamos especialmente da luta antirracista, precisamos falar sobre letramento racial, autodeclaração, sobre o que é racismo estrutural, desde a primeira infância. Parece um detalhe irrisório, mas se aprendemos cedo sobre as desigualdades, paramos de achar que é normal ver

unicamente pessoas negras servindo cafezinho em escolas particulares e apenas os brancos estarem em cargos de diretoria. A partir daí, começamos a entender que essas dinâmicas são profundamente enraizadas no Brasil desde o princípio da vida e não deixamos para aprender apenas no ensino médio ou superior. Isso é absolutamente importante e serve também para questões de gênero ou de pessoas com deficiência, por exemplo.

Além da questão da educação, que é fundamental, também gostaria de reforçar o que podemos fazer imediatamente em re-

lação ao mercado de trabalho, para além de cotas no ensino superior, que nos ajudou muito a fomentar uma maior inclusão ao ensino superior para os grupos que não tinham acesso, especialmente negros, indígenas e pessoas oriundas das classes sociais mais baixas. Ainda assim, essa inclusão ainda não se dá no mercado de trabalho de modo proporcional, nem em cargos de base (analistas, assistentes) e, especialmente, em cargos de liderança (gerência, diretoria, conselhos de administração). Dentro das maiores 500 empresas do Brasil, temos apenas 5% de pessoas negras em cargos de liderança. Então, acredito que as cotas precisam ser reproduzidas no mercado de trabalho como algo compulsório em relação, por exemplo, a outros grupos que já têm cotas como PCDs [Pessoas com Deficiência]. Muitas empresas têm dificuldades de preencher cotas, mas o que também faz diferença nessa jornada é continuar esse processo de inclusão. Ou seja, a inclusão não pode ser entendida como somente processo de entrada desse grupo vulnerabilizado no mercado de trabalho. É preciso ser algo contínuo, ter planos de desenvolvimento dessas pessoas, a inclusão precisa ser além da porta de entrada.

Isso também pode nos ajudar a fomentar esse tema da Diversidade e Inclusão (D&I) de modo mais sustentável e de maneira a trazer resultados que visem esse acesso igualitário a oportunidades para todos os indivíduos e que, daqui a pouco, a gente não precise mais desses instrumentos para isso, porque cotas são mecanismos transitórios para a promoção da igualdade.

RUMOS – Qual o balanço do apoio às pautas de diversidade nos últimos anos?

GÉNOT – Se olharmos o copo cheio, entendo que tivemos um grande avanço especialmente na pauta antirracista nos últimos anos, pensando nos anos de 2020 e 2021, principalmente após a morte de George Floyd, quando empresas foram pressionadas pela sociedade civil a tomarem medidas mais incisivas. Hoje, quando uma empresa posta uma foto do seu time composto majoritariamente pelo público masculino, branco e sem pessoas com deficiência, a sociedade questiona isso.

Temos notado um movimento evidente da sociedade civil, das organizações não governamentais, para que pautas antirracistas, feministas e de inclusão de PCDs avancem num contexto atual e que isso se siga. Podemos perceber que os investimentos na pauta aumentaram consideravelmente. Pesquisas mostram que de 2011 a 2019 foram investidos 4,2 bilhões de

dólares e só até o fim de 2020, depois da morte de George Floyd, quando esse tema ganhou ainda mais evidência, já tinham sido investidos mais de 6 bilhões de dólares em relação à pauta.

Não estamos falando de um movimento de unanimidade, mas daquilo que consideramos que é o certo a fazer para acelerar essa pauta no mercado de trabalho. Então, temos percebido uma pressão da sociedade, um maior investimento das empresas em ações afirmativas e uma maior entrada de pessoas negras dentro desses espaços. Em que precisamos continuar melhorando? Toda ação afirmativa por excelência deve ser temporária, mas ela deve ser contínua no que diz respeito a garantir não só a entrada, mas o desenvolvimento dessas pessoas nessas novas esferas onde elas estão adentrando. Estamos nesse caminho e espero que a gente continue avançando de maneira a perenizar essa inclusão como uma jornada contínua.

De outro lado, a pandemia nos mostrou que não estamos no mesmo barco, como foi pregado no início da crise sanitária. Quem era o elo vulnerável passou a ser ainda mais vulnerável, ou seja: mulheres, negras, periféricas, as pessoas com deficiência passaram duras penas nessa pandemia, especialmente quando analisamos os índices de mortalidade dessas populações ou a maior vulnerabilidade às quais elas foram expostas. Por exemplo, PCDs hoje representam boa parte dos empregos operacionais e muitas dessas posições foram cortadas durante a pandemia.

RUMOS – Quais têm sido as melhores estratégias para garantir igualdade de condições dos sub-representados?

GÉNOT – As melhores estratégias são focadas em ter metas, prazos e investimentos. Um dos grandes inimigos das pautas de D&I é acharmos que precisa ser orgânico, um movimento natural e não algo forçado, estruturado e implementado. Costumo dizer que toda empresa que quer implementar um projeto precisa planejar, entender, organizar em etapas e colocar metas, prazos e investimentos e com diversidade e inclusão não é diferente. Temos visto que empresas que têm implementado ações afirmativas em relação à pauta antirracista que têm pensado em diversidade como jornada, estão colhendo os melhores resultados tanto no engajamento interno, como no aumento do *market share* em setores que antes a empresa não dialogava. Ou seja, se eu tenho mais colaboradores negros, consequentemente vou conseguir desenvolver produtos/serviços para outros públicos negros e não negros, porque eu tenho um arcabouço de pessoas que não estavam antes e agora estão para contribuir com ideias e isso já tem se refletido. Os resultados chegam. >>



"O Brasil precisa se reconectar com os grandes temas globais"

Bióloga, professora da Universidade de Brasília e membro do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Mercedes Bustamante alerta para a urgência de uma estratégia nacional para fomentar a sustentabilidade.

RUMOS – Quais os desafios que o Brasil ainda precisa enfrentar para fomentar a sustentabilidade?

MERCEDES BUSTAMANTE – O Brasil ainda carece de uma estratégia ampla e coordenada para fomentar a sustentabilidade nos diferentes setores da economia, serviços, e entes federativos. É preciso avaliar quais as oportunidades já existentes e onde podemos mobilizar esforços para criar as oportunidades. As políticas públicas, elaboradas com base no melhor conhecimento disponível, são importantes ferramentas para construir uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Infelizmente, ainda há muitos obstáculos para a incorporação do conhecimento técnico e científico na construção de políticas públicas.

RUMOS – De que forma a agenda dos aspectos Ambiental, Social e Governança (ASG) pode contribuir para uma maior conscientização das empresas e sociedade?

BUSTAMANTE – A agenda ASG está abrindo espaços de diálogo entre as empresas e a sociedade sobre a responsabilidade corporativa, transparência e mecanismos inovadores para alavancar práticas sustentáveis. A inclusão dos princípios de governança ambiental e social nas empresas será cada vez mais demandada e monitorada pela sociedade dentro da perspectiva da transformação necessária para combater crises globais como a perda de biodiversidade e a mudança climática.

RUMOS – Qual o balanço do ano de 2021 neste tema?

BUSTAMANTE – Infelizmente, vimos retrocessos significativos em áreas como o controle do desmatamento, combate a ilícitos ambientais, gestão adequada das áreas protegidas, entre outros, e também na aprovação de projetos de lei pelo Legislativo que irão resultar em impactos ambientais. Em contraposição, observamos setores da sociedade civil e do setor empresarial que se mobilizaram e conduziram pautas e debates

importantes, inclusive representando o Brasil de forma muito madura e responsável durante a COP26, em Glasgow.

O Brasil precisa se reconectar com os grandes temas globais e avaliar claramente quais são as oportunidades e os desafios. Mas, sobretudo, é preciso reconstruir relações de confiança no âmbito da comunidade internacional. Ou seja, hoje já não basta assinar acordos. É preciso encaminhar ações concretas que serão, certamente, monitoradas e verificadas.

RUMOS – Como poderemos avançar nos próximos anos?

BUSTAMANTE – Temos a capacidade científica e técnica necessária e que agora vai precisar de encontrar o estímulo e o ambiente apropriados para elaborar o planejamento para a transição sustentável, gerar inovação, capacitar recursos humanos e diversificar nossa economia. Precisamos avançar também em uma agenda para redução das nossas enormes desigualdades sociais, ampliando oportunidades para grupos menos favorecidos e vulneráveis.

RUMOS – Como vamos financiar negócios que considerem a biodiversidade brasileira? Será pelo caminho da inovação ou da preservação?

BUSTAMANTE – Os dois caminhos são necessários. Uma redução radical da pressão sobre a biodiversidade e proteção do capital natural por meio de uma combinação de políticas. Em paralelo, mudanças sistêmicas na produção e consumo de bens e serviços que têm impacto sobre a natureza podem ser estimuladas via financiamento, tanto privado como público. Isso inclui inovações financeiras para aumentar o financiamento disponível para a conservação, como investimentos e infraestruturas verdes, apoiar soluções baseadas na natureza, compensação da biodiversidade. Em um país megadiverso como o Brasil, uma bioeconomia com base na biodiversidade é um caminho natural e promissor com o fomento e a estrutura adequados. —

Prêmio SAIN-ABDE

MELHORES PRÁTICAS EM CAPTAÇÃO INTERNACIONAL

Promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e pela Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia, o prêmio teve o objetivo de reconhecer projetos de excelência em captação de recursos junto às Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e constituir um repositório de melhores práticas, para servir como referência para atores públicos e privados interessados.

Confira o resultado no site da ABDE:

www.abde.org.br

A ABDE e o Ministério da Economia agradecem a todas as instituições participantes!





FINEP E SEBRAE VÃO INVESTIR R\$ 1 BILHÃO EM INOVAÇÃO

A Finep e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) lançaram, no dia 14 de dezembro, o Programa Crédito Inovação Finep-Sebrae, durante o evento em comemoração ao dia da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em Brasília (DF). A ação irá disponibilizar R\$ 1 bilhão da Finep para apoio a empresas com receita operacional bruta de até R\$ 4,8 milhões, e o Sebrae oferecerá consultoria gratuita e capacitação para a elaboração das propostas e submissão dos pedidos de financiamento. Os recursos do programa serão operados pelos agentes parceiros do Finep Inovacred, em todos os estados brasileiros. A iniciativa conta com a parceria da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

CRESOL E BRDE ASSINAM CONTRATO DE R\$ 120 MILHÕES NO PARANÁ

O Cresol e a agência paranaense do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) assinaram, em dezembro, em Curitiba, contrato de financiamento no valor de R\$ 120 milhões, o maior entre as demais cooperativas e empresas do estado, para financiar obras, maquinários e equipamentos, além de compor o capital de giro dos empreendimentos. O recurso disponibilizado para a Cresol vai ajudar no financiamento de empreendimentos dos cooperados, como projetos para geração de energias limpas e renováveis, salões de beleza, panificadoras, oficinas mecânicas, marcenarias, pequenas costureiras, entre outros. “Temos uma parceria com o BRDE desde 1997 e, a cada ano, fortalecemos mais esse trabalho. Começamos, na época, com um empréstimo de R\$ 700 mil e agora chegamos a R\$ 120 milhões. Com esse valor, vamos disponibilizar crédito a cerca de mil clientes, principalmente micro e pequenas empresas”, ressaltou o presidente da Cresol, Alzimiro Thomé.

“Pretendemos fechar 2021 com R\$ 3,5 bilhões em contratos. A agência paranaense responde por quase 40% desses recursos, o que mostra a pujança da nossa economia”, completou o presidente do BRDE, Wilson Bley Lipski.

BDMG REALIZA *BLENDED FINANCE* COM A UNIÃO EUROPEIA

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) assinou com a União Europeia um acordo de doação no valor de três milhões de euros, via Agência Francesa de Desenvolvimento. A parceria vai permitir diminuir ainda mais as taxas para Micro e Pequenas Empresas, de maneira a apoiá-las em ações e projetos de desenvolvimento sustentável. “Com esta operação, o BDMG torna-se o primeiro banco do país a ter um *blended finance* com apoio da União Europeia. É um marco no financiamento ao desenvolvimento no Brasil”, afirmou Sérgio Gusmão, presidente do banco e da ABDE.

O *blended finance* é a mistura de recursos de doação com recursos de outras fontes, em vistas de se criar um produto financeiro. “A AFD tem orgulho em anunciar a assinatura de um acordo que permite colocar à disposição uma subvenção europeia em benefício dos atores econômicos de Minas Gerais. Esse tipo de subvenção é a primeira para a AFD no Brasil”, reforçou Laetitia Dufay, diretora da AFD para o Brasil e Cone Sul.



DESENBÁHIA LIBERA CRÉDITO EMERGENCIAL PARA ATINGIDOS PELAS CHUVAS

Os empreendedores impactados pelas chuvas que atingiram diversos municípios do sul da Bahia podem contar com uma linha de crédito emergencial da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), para enfrentamento à situação de calamidade pública nos municípios do extremo sul do estado. Apenas nos primeiros dias, cerca de 400 empreendedores manifestaram interesse pelo crédito. As concessões permitem parcelamento em até 48 meses, incluindo carência de até 12 meses para pagamento da primeira parcela, sem juros para financiamentos de até R\$150 mil. O crédito é destinado a comerciantes e prestadores de serviço atingidos pelas fortes chuvas e para isso a agência montou postos de atendimento especiais na região. O objetivo da linha de crédito da Desenbahia é reduzir os impactos das enchentes e apoiar os empreendedores com crédito.

AGE FOMENTA CRÉDITO PARA EMPREENDEDORAS

A Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (AGE), em conjunto com a Secretaria da Mulher (SecMulher-PE), lançou, em novembro, uma nova linha de crédito voltada exclusivamente ao público feminino. O objetivo da linha Mulheres Empreendedoras é fomentar a cultura do empreendedorismo, mobilizando e estimulando ambientes de negócios e promovendo a formalização e a igualdade de gênero, seguindo o caminho do desenvolvimento sustentável.

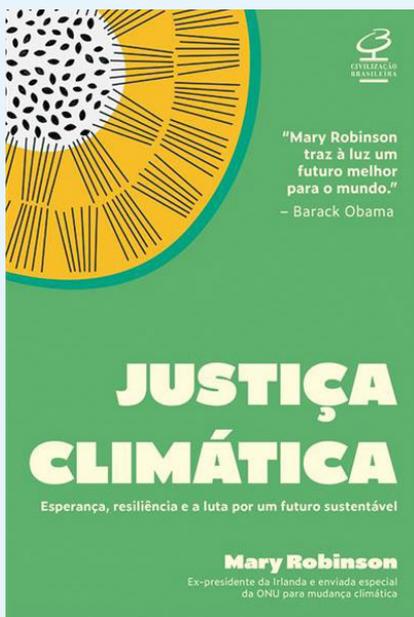
“As mulheres representam 65% das operações do Crédito Popular, nossa principal linha de microcrédito. Elas são, em regra, melhores pagadoras. Com a nova linha, queremos fortalecer os empreendimentos daquelas que já o contrataram, oferecendo um valor até quatro vezes maior, e incentivar sua formalização, para que acessem direitos como aposentadoria, auxílio-doença e salário-maternidade”, ressalta o diretor-presidente da AGE, Márcio Stefanni.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO TOCANTINS LANÇA PLATAFORMA DIGITAL PARA O TURISMO

A Agência de Fomento do Tocantins, por meio da linha de crédito do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), lançou, em dezembro, a plataforma digital “Fungetur Capital de Giro”, que facilita acesso à linha de crédito. Com essa plataforma, disponibilizada no site da agência de fomento, o interessado poderá ter acesso às condições de financiamento, à documentação necessária, realizar a simulação de crédito e solicitar a linha.

“Conseguimos prorrogar para 2022 um recurso importante para o turismo. O Fungetur é uma linha atrativa para todos os empresários da área do turismo, visto que é uma linha de crédito com uma carência longa, algumas podendo chegar até 5 anos. A linha é voltada para quem deseja empreender ou reformar seu estabelecimento, ou ainda iniciar uma nova empresa. A Linha de Crédito Fungetur é vital para todos os setores que envolvem o turismo, como: hotéis, agências de viagem, pousadas, bares e restaurantes que foram amplamente afetados neste momento de pandemia”, destacou a presidente da Agência de Fomento do Tocantins, Denise Rocha.

O Fungetur é voltado a empreendimentos de lazer de grande e pequeno porte, podendo chegar até o valor de 3 milhões, e a agência de fomento tem buscado atender o maior número possível de cidades turísticas do estado. Para aderir ao programa por meio da plataforma online, basta acessar o site da Agência de Fomento do Tocantins (www.fomento.to.gov.br), selecionar a modalidade Fungetur Capital de Giro por meio do botão Solicite Aqui.



Justiça climática: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável

Mary Robinson

Civilização Brasileira, 2021, 192 p.

A URGÊNCIA DO CLIMA

A enviada especial da ONU para mudanças climáticas e ex-presidente da Irlanda, Mary Robinson, reúne neste livro uma série de relatos recolhidos ao redor do mundo sobre os efeitos da mudança climática na vida das populações de diferentes regiões do planeta. *Justiça climática* é a obra importante para se compreender as questões climáticas da atualidade.

Em prefácio exclusivo para a edição brasileira, a autora alerta, a partir de dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que as provas dos efeitos da mudança climática são incontestáveis, assim como é indiscutível o dever moral de agir com urgência. “A mudança climática não é apenas uma questão de ciência atmosférica ou conservação da vegetação; afeta

também os direitos humanos. Ela compromete a plena fruição dos direitos humanos – direito à vida, à alimentação, à moradia e à saúde”, explica.

Robinson destaca que a crise sanitária que o mundo atravessa, ocasionada pela pandemia da Covid-19, pode fornecer lições sobre a maneira de se enfrentar a crise climática, ao deixar evidente que alguns fatores são fundamentais: o comportamento humano coletivo, a governança, a ciência e a compaixão.

A obra foi traduzida no Brasil pela iniciativa Laclima, uma rede de profissionais do direito das mudanças climáticas na América Latina, e pelo Instituto Alana, organização brasileira de impacto socioambiental que promove o direito e o desenvolvimento integral da criança.



O cavalo de troia digital: a quarta revolução industrial

Luiz Roberto Nascimento Silva

FGV Editora, 2021, 164 p.

REVOLUÇÃO DIGITAL

O advogado e ex-ministro da Cultura, Luiz Roberto Nascimento Silva, reflete nessa obra sobre a quarta revolução industrial, propiciada pela internet. Para ele, a revolução é irreversível e a humanidade não voltará a ser a mesma, não havendo possibilidade de existir civilização fora do mundo digital.

Os capítulos estão organizados ao redor de quatro temas principais: economia, cultura e comportamento, proteção ao cidadão e direito. No primeiro tópico, Silva faz uma análise de todas as revoluções industriais anteriores e de como o mundo chegou à quarta, com o apoio de autores como Keynes e Schumpeter, considerados pelo escritor os mais importantes economistas do século XXI.

Os capítulos sobre Cultura e Comportamento discutem o deslocamento da riqueza e seu impacto na vida atual. No conjunto seguinte, o autor analisa os mecanismos existentes no Brasil e no mundo para a proteção ao cidadão, seja em relação aos dados pessoais, seja em relação às *fake news* e suas influências na vida atual, com uma atenção especial à importância da imprensa e das mídias tradicionais para conter a disseminação de notícias falsas.

Por fim, a última parte do livro dedica-se, entre outros aspectos, a uma análise minuciosa do monopólio das *big techs*, as grandes empresas de tecnologia que dominam o mercado mundial, que na visão de Silva reproduzem uma situação única na história mundial.



A construção política e econômica do Brasil

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Editora 34, 2021 (3ª ed), 496 p.

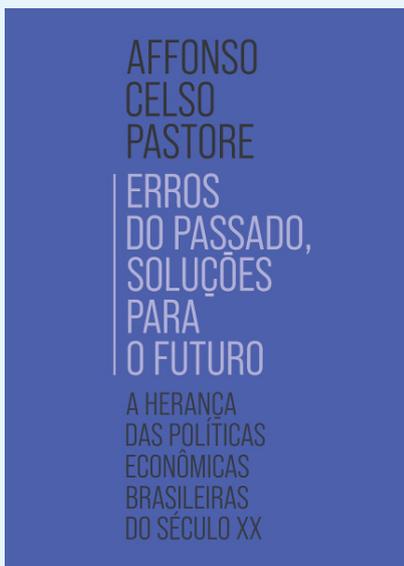
ECONOMIA E POLÍTICA

Em *A construção política e econômica do Brasil*, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira apresenta sua análise do desenvolvimento brasileiro, desde a Independência até os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Essa nova edição, revista e atualizada, inclui o início do governo de Jair Bolsonaro e a pandemia da Covid-19. Baseado em dois temas que considera fundamentais (a estruturação das coalizões de classe que se sucederam no poder e a disputa entre o liberalismo econômico e o desenvolvimentismo), o ensaio se constitui como uma síntese da produção intelectual do autor.

Ex-ministro da Fazenda, da Administração Federal e da Ciência e Tecnologia, nos governos José Sarney e Fer-

nando Henrique, Bresser-Pereira tem elaborado, desde seu primeiro livro, *Desenvolvimento e crise no Brasil*, de 1968, uma interpretação própria da história brasileira, formulando uma teoria que organiza os aspectos sociais, políticos e econômicos em um quadro mais amplo, no rastro das obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, suas referências. A sua mais recente obra é, de certa forma, o resultado desse amplo trabalho de mais de cinquenta anos.

O livro perpassa a história brasileira da independência até os dias mais recentes. Contém 23 capítulos, organizados em três grandes ciclos denominados: Ciclo Estado e Integração Territorial (1822-1889), Ciclo Nação e Desenvolvimento (1930-1977) e Democracia e Justiça Social (1977-2014).



Erros do passado, soluções para o futuro

Affonso Celso Pastore
Portfolio Penguin, 2021, 336 p.

APRENDER COM OS ERROS

O ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore analisa as políticas econômicas brasileiras a partir dos anos 1960. O objetivo de sua pesquisa é identificar erros e aprender a reconhecer novas falhas, evitando que elas afetem a economia novamente no futuro. Fundamentado em testes de hipóteses, o trabalho busca revelar ângulos até então desconhecidos nas discussões sobre os temas discutidos.

O primeiro capítulo é dedicado ao papel da agricultura no crescimento econômico, em que o economista apresenta evidências empíricas de que o setor agrícola sustentou um aumento significativo de produtividade, que lhe possibilitou fornecer mão de obra aos setores urbanos.

Nos quatro capítulos seguintes é detalhado porque, em sua visão, chegamos à superinflação dos anos 1980, começando pelas reformas institucionais do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) voltadas ao controle da inflação; os verdadeiros erros cometidos durante o “milagre brasileiro”; como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) expôs o país à crise da dívida externa; e de que forma a crise atual acarretou uma superinflação.

Nos dois últimos capítulos, Pastore se dedica ao eterno problema fiscal brasileiro e à discussão sobre os mitos a respeito do câmbio e seu papel no crescimento. Ele defende que é necessário realizar reformas no sistema de tributos para elevar a competitividade da indústria nacional.

EXPEDIENTE



Sede: SCN – Qd. 2 - Lote D, Torre A Salas 431 a 434
Centro Empresarial Liberty Mall - Brasília - DF - CEP 70712-903
Telefone: (61) 2109.6500
E-mail: abde@abde.org.br

Escritório: Avenida Nilo Peçanha, 50 – 11º andar
Grupo 1109 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-906
Telefone: (21) 2109.6000
E-mail: gecom@abde.org.br

CONSELHO DOS ASSOCIADOS
Presidente: Gustavo Montezano

DIRETORIA

Presidente: Sergio Gusmão Suchodolski
1º Vice-Presidente: Jeanette Halmenschlager Lontra
2º Vice-Presidente: Valdecir Tose
Diretores: Heraldo Alves das Neves, Paulo de Oliveira Costa, Rivaldo Aguiar Pereira, André Luz Godoy, Bruno Laskowsky, Cledir Assisio Magri e Leany Sousa Lemos.

Secretário-Executivo: José Luis Gordon

INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS À ABDE

AFAP – Agência de Fomento do Estado do Amapá S.A.
AFEAM – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.
AGE – Agência de Empreendedorismo de Pernambuco
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento
BANCO DA AMAZÔNIA – Banco da Amazônia S.A.
BANCO SICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S.A.
BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S.A.
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.
BANESE – Banco do Estado de Sergipe
BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A.
BANPARÁ – Banco do Estado do Pará S.A.
BB – Banco do Brasil S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.
BNB – Banco do Nordeste S.A.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BRB – Banco de Brasília
CRESOL – Cresol Confederação
DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.
DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas S.A.
DESENVOLVE MT – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A.
DESENVOLVE RR – Agência de Desenvolvimento de Roraima S.A.
DESENVOLVE SP – Agência de Desenvolvimento Paulista
FINEP – Inovação e Pesquisa
FOMENTO PARANÁ – Agência de Fomento do Paraná S.A.
GOIÁS FOMENTO – Agência de Fomento de Goiás S.A.
PIAÚÍ FOMENTO – Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A.
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Rumos

Redação e Administração

Rua da Assembleia, 10, 35º andar
Sala 3506
Rio de Janeiro RJ CEP: 20020-906
Telefone: (21) 2109.6041
Email: rumos@abde.org.br
www.abde.org.br

Gerente de Comunicação & Editora

Thais Sena Schettino

Equipe

Jader Moraes, Noel Joaquim Faiad e Giovana Alves (estagiária)

Revisão

Mariana e Renato R. Carvalho

Capa

Freepik

Impressão e CTP

J. Sholna Reproduções Gráficas

Distribuição

Agência Imperial - Rio de Janeiro

Publicação bimestral

ISSN 1415-4722

Ano 45 - nº 315 - Dezembro 2021

Tiragem: 800 exemplares

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ABDE. Sua reprodução é livre em qualquer outro veículo de comunicação, desde que citada a fonte.

JUNTOS VAMOS
COOPERAR
POR UM 2022
EXTRAORDINÁRIO.

2022

No ano que vai chegar cabe seus maiores sonhos. Temos muito a construir e a reconstruir. Mas temos o principal. Temos uns aos outros. E temos tempo. Tempo pra ver que, na vida, ter com quem contar é maravilhoso.

Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111

Demais localidades: 0800 642 0000

SAC: 0800 724 4420

Ouvidoria: 0800 725 0996 - De segunda a sexta, das 8h às 20h

ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458

De segunda a sexta, das 8h às 20h



SICOOB
Faça parte.